

política

Melo e Barboza falam sobre trâmites do Plano Diretor

Sinduscon reuniu gestores públicos e representantes de construtoras



Prefeito Sebastião Melo sustentou ter 'convicção' das propostas apresentadas para o planejamento urbano

/ PLANEJAMENTO URBANO

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com

“A prefeitura fez o seu papel, agora essa matéria está com a Câmara”, resumiu o prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo (MDB), em evento com representantes da construção civil, sobre os trâmites do Plano Diretor.

Uma reunião-almoço promovida ontem pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) recebeu também o presidente do Legislativo Municipal, o vereador Moisés Barboza (PSDB), e outros parlamentares da base.

“É uma conversa que a Câmara faz com todas as entidades, com setores da sociedade, (para explicar) com toda transparência que não vai ser em uma semana ou um mês” a votação do Plano Diretor, resumiu Barboza sobre a participação no evento. Ele sustentou, em fala aos empresários, que todos os parlamentares terão garantido tempo de manifestação na tribuna para defender seus pontos de vista.

Preocupado com a duração que os debates poderão ter - são dois projetos e 522 emendas a se-

rem apreciados -, Moisés Barboza pediu aos empresários “que vocês também conversem com esses vereadores” da base para que o tempo de tribuna não se estenda para além do que será ocupado pela oposição. E provocou que “existe uma máxima: quem tem voto, vota; quem não tem voto, discursa”.

O teor das emendas da oposição não é o que mais preocupa o governo Melo, que teme mais pela extensão do debate em ano eleitoral - na semana passada, os opositores deram uma prova de que podem levar as sessões madrugada adentro, o que deverá se repetir caso não tenham atendidos os seus pedidos de apoio a algumas propostas. Preocupa mais o que foi proposto pela base, pois isso implica na manutenção do apoio que o governo tem na Casa.

“Vamos lutar para que (o projeto do Plano Diretor) não seja descaracterizado”, disse Melo durante o evento. Ele sustentou ter “convicção” da proposta apresentada, que será defendida na íntegra. A secretária adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Júlia Zardo, estará na Câmara durante as sessões de votação no Legislativo - vereadores da base estão sendo chama-

dos a conversar, juntamente da equipe técnica que participou da elaboração das propostas, para entenderem o argumento do governo pelo não acolhimento de emendas, mesmo que elaboradas por apoiadores.

Ainda, preocupa o Executivo a possível judicialização do Plano Diretor, o que já aconteceu algumas vezes durante a tramitação e foi aventada por um representante do Ministério Público há alguns dias. Presidente do Sinduscon-RS e anfitrião do evento, Claudio Teitelbaum também tratou do tema e sustentou que “qualquer judicialização intempestiva do processo em andamento de votação do Plano Diretor surge como fator de insegurança jurídica e, mais do que isso, como uma ação de controle injustificada por parte de quem a propõe, sobretudo quando incide sobre um debate dentro da esfera legítima da representação popular”.

Apesar de já estar em debate no Legislativo, o tempo dedicado ao Plano Diretor ontem durante a sessão plenária foi curto. A Câmara Municipal entrou na ordem do dia por volta das 17h e às 18h22min a sessão foi encerrada por falta de quórum. A votação será retomada amanhã a partir das 14h.

PP e PL devem oficializar aliança ao Piratini em ato com Flávio Bolsonaro

/ ELEIÇÕES 2026

A aliança entre o PP, PL e Novo em torno da candidatura ao governo do Estado do deputado federal Luciano Zucco (PL) deve ser oficializada em 11 de abril - durante um evento em Porto Alegre que deve contar com a presença do pré-candidato à presidência da República do PL, senador Flávio Bolsonaro. As lideranças gaúchas dos três partidos discutiram esse e outros temas relacionados às eleições de 2026 em um almoço ontem.

O pré-candidato ao governo gaúcho e presidente estadual do PP, Covatti Filho, afirmou que a aliança reflete a vontade da maioria das bases progressistas. Segundo o presidente, a maior parte da militância quer “um projeto alinhado aos valores tradicionais e históricos da sigla”.

Ao agradecer ao apoio do PP,

Zucco falou aos presentes sobre a “importância de estar ao lado de lideranças e de uma legenda que têm um histórico relevante de contribuições ao Rio Grande do Sul”. E complementou: “a direita não faz o governador ou o vice há 40 anos. Chegou a hora de recuperar esse protagonismo. Quero o PP comigo no Palácio Piratini”.

O Novo, o Republicanos e o Podemos também já manifestaram que devem fazer parte da aliança liderada por Zucco. O PL e o PP têm um acordo que define que o pré-candidato mais bem posicionado nas pesquisas de intenção de voto liderará a chapa.

Na pesquisa de intenção de voto da Futura Inteligência, divulgada em 19 de fevereiro, Zucco aparece em primeiro lugar com mais de 15% dos votos e Covatti soma 0,3% da preferência do eleitorado gaúcho.



Almoço com lideranças estaduais marcou avanço nas articulações

Candidatura de Michele Galvão à prefeitura de Viamão é indeferida

/ JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral indeferiu a candidatura da prefeita interina Michele Galvão (PSDB) nas eleições suplementares de Viamão. O pleito, previsto para 12 de abril, deve eleger um novo prefeito ao município da Região Metropolitana de Porto Alegre após a cassação da chapa eleita em 2024, encabeçada por Rafael Bortolotti (PSDB) e com o vice Maninho Fauri (PSDB), por abuso de poder político e econômico.

Michele Galvão busca um segundo mandato pela federação PSDB/Cidadania, que fazem parte da coligação “Juntos por Viamão”. No entanto, a juíza eleitoral Cristiana Acosta Machado entendeu que o diretório muni-

cipal do Cidadania está em situação irregular, porque não prestou as contas referentes ao ano de 2001.

Na sentença, a juíza eleitoral sustenta que, “pela regra da indissociabilidade das federações, a incapacidade de um dos partidos integrantes (Cidadania) compromete a participação da Federação como um todo na coligação”.

E conclui: “Fundamentado na ausência de regularização do órgão partidário municipal até a data da convenção e na imutabilidade da decisão de suspensão por força da coisa julgada, julgo PROCEDENTE a impugnação e INDEFIRO o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) da Coligação “Juntos por Viamão.” Ainda cabe recurso.